

**O PEQUENO SÉCULO XX:
O ESTADO, O MERCADO E O ET CETERA**

Reginaldo C. Corrêa de Moraes

Depto. de Ciência Política do IFCH/UNICAMP

SUMÁRIO

Fronteiras no império: utopias e projetos de desenvolvimento no pequeno século XX (1930-1980)	5
Longo Século XX – uma nota sobre o termo e sobre o livro	19
Neoliberalismo – a fala do capital financeiro	27



**“FRONTEIRAS NO IMPÉRIO:
UTOPIAS E PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO
NO PEQUENO SÉCULO XX (1930-1980)”***

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem arbitrariamente, nas condições escolhidas por eles, mas sim nas condições diretamente determinadas ou herdadas do passado”.
(Karl Marx)

“As instituições são o resultado da ação humana, mas não a execução de um projeto humano”
(Adam Ferguson)

1. Minha fala deverá referir-se a semelhanças e diferenças nos modos pelos quais Brasil e Portugal ingressam em dois pontos extremos de um período histórico. É um período que eu chamaria de “pequeno século XX”, por analogia com o título de conhecido livro de Giovanni Arrighi. O que é esse pequeno século XX? Em breve palavras,

* Texto apresentado no Ciclo: Portugal e Brasil - outras visões, outras imagens. V Colóquio: Política e Políticas, o velho e o novo (Lisboa, 25/26 de maio de 2001). Evento promovido pelo ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

é um período (de 1930 a 1975, aproximadamente) em que se forjaram e se consolidaram algumas convicções

- a) a convicção de que era possível ter instituições políticas que fossem frutos também (e sobretudo) da *deliberação* humana, e não do acaso e da geração por ensaio e erro.¹
- b) A convicção de que o costume daria lugar à ciência, para utilizar a expressão de autor modelar dessa perspectiva, o sociólogo Karl Mannheim.²
- c) A convicção de que as forças espontâneas e antes incontroladas do mercado dariam lugar ao planejamento.³

¹ Em 1943, Harold Laski asseverava que essa atitude reformadora não estava apenas no campo da possibilidade, mas da necessidade: “É esta a escolha decisiva que se estende à nossa frente. Aproximemo-nos dela, ao menos, com a compreensão de que somos forçados a fazer essa escolha”. (Laski, H. – *Reflexões sobre a revolução de nossa época*, ed. Cia. Editoria Nacional, S. Paulo, 1946, p. 52)

² Para utilizar um referência igualmente importante no período poderíamos falar da transformação das funções latentes em funções manifestas, tal como aparece na exemplar reflexão de R. K. Merton.. Ver, por exemplo: “As consequências não-antecipadas da ação social”, em - Merton, R. - *A ambivalência sociológica e outros ensaios*, ed. Zahar, R. Janeiro, 1979. E, ainda como desdobramento ou aplicação dessa idéia, vale lembrar: “A profecia que se cumpre por si mesma”, em Merton, Robert K. - *Sociologia - teoria e estrutura*, ed. Mestre Jou, S.Paulo, 1970.

³ Trata-se da daquilo que, nos pós-guerra, se encontrará nomeado de outra forma: a passagem do *laissez-faire* ao “embedded liberalism”. A expressão, já famosa, é de John G. Ruggie: “International Regimes: Transactions and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order” (in *International Regimes*, ed. Stephen Krasner, Cornell University Press, 1983). Ou autor voltou ao tema em “Embedded Liberalism Revisited: Institutions and Progress in International Economic Relations” (in *Progress in Postwar International Relations*, ed. Emmanuel Adler e Beverly Crawford, Columbia University Press, 1991).

Para os pensadores democráticos e progressistas, era a convicção, enfim, de que se abriria uma era de reconstrução social, para usar novamente os termos de Mannheim.

Como demarcaríamos esse período? Isto é, quais são os marcos definidores desse período?

2. Começemos então como se deve, isto é, pelo início. E o início do pequeno século XX poderia ser sinalizado por vários eventos.

O ano de 1929 é um emblema óbvio, sobretudo porque ele condensa a imagem de uma ruptura inolvidável, um ponto de inflexão decisivo para a enfraquecer as pretensões do quietismo e do *laissez-faire*. E naquele instante, para quem apreciasse a alegoria da história como teatro, não haveria roteiro mais fascinante do que a comparação dos comportamentos e declarações de dois presidentes norte-americanos.

O primeiro é Hoover dizendo, diante da crise: “fiquemos quietos, que o pior já passou.. a prosperidade está ali na esquina”.

O segundo é Roosevelt, com seu discurso de posse em que pedia e prometia: “action, and action now”.

Outra data relevante é 1931, porque nesse ano a Inglaterra abandona o padrão-ouro e com isso sinaliza a desagregação de todo um sistema do mundo, nas trocas comerciais assim como nas relações entre moedas e fluxos de capital.

Em 1932, na Conferência Econômica Mundial, F.D. Roosevelt resume o significado dessa ruptura: dizia, sem rodeios, que valorizava mais a saúde da economia do que a saúde do câmbio. E denunciava os falsos deuses da estabilidade monetária. Afirmava a necessidade e a intenção de rumar para aquilo que chamava de “moeda administrada”.⁴

No plano intelectual, vários outros pequenos e grandes eventos poderiam compor nosso quadro de emblemas.

Já nos anos imediatamente posteriores à Primeira Guerra, *Consequências Econômicas da Paz*, um livro de Keynes, denunciava o viveiro de horrores que se estava criando à sombra dos irresponsáveis e mesquinhos acordos de Versalhes. Permite-me dizer que a contrapartida imagética desse livro poderia ser encontrada num filme alemão também de 1926, o *Metropolis* de Fritz Lang.

Aliás, em 1926, é ainda Keynes quem escreve um pequeno mas incisivo ensaio chamado *O fim do laissez-faire*. Ali se enunciava uma forte crítica das ilusões livre-cambistas e se anunciava a necessidade de uma outra filosofia social, ainda capitalista, mas baseada no planejamento das ações macro-econômicas.

⁴ “The sound internal economic system of a nation is a greater factor in its well-being than the price of its currency in changing terms of the currencies of other nations... “So, too, old fetiches of so-called international bankers are being replaced by efforts to place national currencies with the objective of giving to those currencies a *continuing purchasing power which does not greatly vary in terms of commodities*”. (passagens da mensagem de Roosevelt, no livro de Irving Fisher, *Stable Money*, 1934, p. 356).

Em 1928, um estranho romeno, misto de escritor, publicista, dirigente político e aventureiro, Mihail Manoilescu, lançava um livro que para nós, no mundo de língua portuguesa, teria muito impacto. *Teoria do protecionismo* – traz o tema da intervenção estatal conduzindo o desenvolvimento econômico e a industrialização, tutelando o mercado.

Em 1932, Adolf Berle e Gardiner Means publicam *A Moderna Sociedade Anônima e a Propriedade Privada*⁵, apontando para as monumentais transformações ocorridas na estrutura dos mercados e nas formas da concorrência, com a separação entre propriedade e controle. Apontam, decididamente, para a incapacidade de compreender o novo mundo com o quadro de pensamento fornecido pela doutrina liberal da propriedade, da livre-iniciativa e da ação política, ou pelos modelos econômicos neoclássicos.⁶

Em 1933, Lord Keynes, ainda ele, faz publicar, no *New Statesman*, um artigo depois muito citado, embora pouquíssimo reproduzido, sobre as virtudes e vicissitudes da auto-suficiência nacional – um tema central do pequeno século XX.⁷

⁵ Há uma edição: 1988, ed. Nova Cultural, S.Paulo, *Coleção Economistas*).

⁶ Um ensaio recente de Warren Samuels e Steven Medema sobre a trajetória e idéias de Gardiner Means dá um quadro de parte do seu impacto no pensamento político contemporâneo: Gardiner C. Means – *Institutionalist and Post Keynesian*, M.E. Sjarpe, London, 1990. Balanço útil e bastante detalhado é também delineado por William W. Bratton (da George Washington University Law School): “Berle and Means Reconsidered at the Century’s Turn”, escrito para o *Journal of Corporation Law* e disponível em <http://www.law.gwu.edu/facweb/wbratton/B&M4.htm>. Um outro estudo interessante nessa linha é apresentado por Frederic S. Lee: “The Modern Corporation and Means’s Critique of Neoclassical Economics” (*Journal of Economic Issues*, volume XXIV, number 3, september 1990),

⁷ “National self-sufficiency” (*The New Statesman and Nation*, 8 and 15 July 1933) pode ser encontrado nos .

Em 1934, é novamente Mihail Manoilescu, o economista romeno, quem anuncia o advento d' *O Século do Corporativismo*. Agora é o tema da reorganização das esferas políticas, para dar conta das mutações sociais e econômicas em curso.

Para concluir esta lista de eventos, 1936 é o ano em que surge a *Teoria Geral* de Keynes, um livro que é referência decisiva para todo o pequeno século XX. Seu último capítulo expõe a filosofia social que decorreria da nova teoria econômica. Ele pode ser visto como um programa do que estaria por vir como uma espécie de consenso do pós- II Guerra.

3. No ponto final desse período, também poderíamos listar eventos emblemáticos, alguns fatos que indicam qual o rosto desses novos tempos. Vamos a eles.

Em 1971, a nova potência hegemônica, o estado norte-americano, decreta o fim das taxas de câmbio fixas e prepara o caminho para aquilo que viria a ser, nos anos seguintes, a decolagem da chamada globalização financeira.

Como complemento, em 1973, novamente o governo norte-americano sacode o mundo, desvinculando os valores do ouro e do dólar e enterrando muitas das convenções de Bretton Woods. Com isso, dava também novos rumos às instituições criadas por aquele acordo, o FMI e o Banco Mundial.

Para os países do Terceiro Mundo talvez mais dramático fosse o ano de 1979, quando o banco central norte-americano elevou

Collected Writings of J.M.K., Macmillan, Londres, vol. XXI, pp. 233-246.

brutalmente as taxas de juros. A partir de então, nações antes “emergentes” deixam de administrar sua dívida. Pelo contrário, passam a ter suas políticas domésticas administradas de fato por essa dívida, pelas exigências dos credores.

Nos anos '80, uma sucessão de governos neoconservadores (Thatcher, Reagan, Kohl) comanda a desregulamentação dos mercados financeiros. Essa liberalização recupera e amplia, para os grandes detentores de riqueza líquida do mundo, o poder de veto sobre as políticas dos estados nacionais.

Agora passando ao plano intelectual, talvez uma data e um fato simbolizem esta passagem, esse final do pequeno século XX: é o prêmio Nobel de Economia, em 1974. Ele é dividido entre dois nomes que representam as duas faces de Janus. Um desses nomes aponta para o mundo que fora edificado durante o pequeno século XX. É o nome de Gunnar Myrdal, o keynesiano e reformador sueco. O outro nome representa o mundo neoliberal e anti-keynesiano que ressurgia com toda a força no horizonte: Hayek, o austríaco, patrono do fundamentalismo de mercado.

4. O que são – do ponto de vista da história política – esses quarenta anos do pequeno século XX? Eu penso que representam um intervalo, uma brecha na história. Nessa brecha se constituíram importantes coalizões sócio-políticas, no interior dos estados nacionais – estados ilhados pela desagregação da ordem

monetária internacional que antes era costurada pelo padrão ouro. Essas coalizões procuravam proteger suas respectivas economias (seu mundo produtivo) de um ambiente externo hostil. O pequeno século XX é esse intervalo histórico em que se firmam projetos nacionalistas – à direita e à esquerda. Esses projetos respondem, cada qual à sua maneira, à incerteza sistêmica do mundo capitalista que se globalizara entre 1870 e 1914, naufragara durante a guerra e vivera em pânico e expectativa nos anos '20.

O pequeno século XX é a época de novas regulações sociais – e de um movimento em dois tempos. Um movimento em dois tempos, repito.

Em primeiro lugar, o Estado age decisivamente e agora já *programadamente* sobre os mecanismos econômicos que a dogmática liberal e o *mainstream* neoclássico viam como auto-ajustados.

De outro lado, na segunda vertente, um complexo de movimentos e organizações corporativas agem sobre o Estado, incorporando (ou dando sistematicidade e dignidade teórica) a mecanismos de formulação de política e vocalização de interesses alternativos aos canais clássicos da democracia representativa (ou seja, partidos e parlamentos).

Reconheçamos aqui os dois temas do nosso já referido Mihail Manoilescu. Por um lado, o tema da intervenção estatal industrializante e tutelar presente na *Teoria do Protecionismo*, o seu primeiro livro importante. Por outro lado, o tema do corporativismo

como forma de estruturação do mundo político – *O Século do Corporativismo*, o segundo livro.

Esta combinação de vetores alimentou diversas análises de cientistas políticos a respeito da evolução da figura do Estado durante o século XX. Por isso é importante enfatizá-la. Na verdade, a agenda estatal vinha sendo consideravelmente ampliada desde pelo menos o fim do século XIX. Ela incluía a regulação dos negócios domésticos, das relações comerciais com o exterior, do sistema bancário, monetário e cambial, a implementação de infra-estrutura (física e humana) indispensável ao desenvolvimento, a legislação trabalhista e social, e assim por diante. Esses novos imperativos de intervenção parecem ter impulsionado, por sua vez, a criação ou sistematização de circuitos de vocalização de interesses e formulação de políticas alternativos ou complementares ao celebrado circuito da democracia representativa contemplada pela doutrina liberal (cidadãos-eleitores, partidos, câmaras e parlamentos, executivos). Variadas formas de representação corporativistas, funcionais, etc. passam a compor esse cenário – e agora de forma deliberada, argumentada, explícita.

5. Brasil e Portugal, como eu sugeri anteriormente, mostram semelhanças e diferenças nos seus modos de entrada e saída neste período, nos dois pontos extremos dessa história. Esse me parece um estudo histórico-comparativo com o qual teríamos muito a ganhar para compreender dois fenômenos de grande importância:

- (a) como os horizontes do possível foram *construídos* (sublinhar *construídos*) no nosso próprio passado – como se deu essa construção, como foi pensada, como e em que medida foi implementada;
- (b) como isso afeta as possibilidades do futuro (sublinhar: horizontes a construir, não apenas prever, esperar). Qual o tipo de construção que pode ainda ser pensada e implementada.

Vejamos então os indicadores mais imediatos desses dois momentos – o início e o fim do pequeno século XX – para os dois países.

6. Em homenagem à poesia da história, chamemos o primeiro momento de “A saída das naus”.

Voltemos nossos olhos para os anos ‘30 – Estado Novo, corporativismo e protecionismo autarcizante parecem constituir elementos comuns à história dos dois países. São termos e temas comuns na história dos dois países. Mas há diferenças. O nosso já citado Mihail Manoilescu é recebido e celebrado em Portugal por Marcelo Caetano e Salazar, pela sua defesa da doutrina corporativista. Esse tema também é importante, no Brasil, para Azevedo Amaral, um dos “pensadores autoritários” identificados com o Estado Novo. Ele traduz *O Século do Corporativismo* e escreve, para esse volume, um prefácio entusiasmado com as novas formas de organização do espaço

público. Mas parece ser outro o tema de Manoilescu preferido pelos empresários brasileiros. Sinal disso é que o Ciesp – precursor da mais poderosa organização empresarial brasileira, a atual Fiesp – faz traduzir e difunde no Brasil o livro de Manoilescu sobre o protecionismo e a política de industrialização induzida pelo estado.

Um analista português utilizou, para definir a política de Salazar, a expressão “mobilização do atraso”. No caso brasileiro, a “revolução” de Vargas dificilmente poderia ser pensada nesse diapasão – como uma mobilização do atraso. Até pelo contrário, pode ser mesmo apelidada de mobilização *contra* o atraso, se identificarmos o atraso com as elites oligárquicas, a política dos coronéis locais e chefes de província, etc.

Se portanto em Portugal se viu, no Estado Novo, uma propensão protecionista, autarcizante, mas que fundamentalmente conciliava doutrinas econômicas neofisiocratas com o colonialismo, no caso brasileiro se teria uma política também protecionista e autarcizante, mas *industrialista*, conciliando centralização política federalista e doutrinas positivistas modernizantes.⁸

⁸ A esse respeito, vale anotar os seguintes temas que deveriam ser desenvolvidos:

Azevedo Amaral, em *Renovação Nacional*, 1936, critica o salazarismo: “o estado exclusivamente político esmaga as formações corporativas”. Voltando o foco para o Brasil, em 1930 (*Ensaio Brasileiro*), aponta o Executivo federal como agente de modernização institucional e da industrialização do país. Oliveira Vianna vai na mesma direção (apontando contra o coronelismo local, a fragmentação oligárquica e corrupta).

Oliveira Vianna, em *O Idealismo da Constituição*, 1927: contra o voto ou, mais precisamente, para além do voto, preconiza “a constituição, com caráter

7. A chegada ao novo mundo

Se estas questões se colocam na data inicial de meu recorte temporal, quais as questões que se colocam na fase “terminal” do pequeno século XX, nos anos '70?. Para continuar com a metáfora anterior, chamemos este momento de a chegada ao novo mundo.

Em 1974, como se sabe, a Revolução dos Cravos coloca na agenda de Portugal a saída da África e a necessidade de romper o insulamento político do salazarismo. No mesmo ano, no Brasil, o general Ernesto Geisel toma a Presidência da República. Geisel estimula uma política externa “terceiro mundista”, voltada, principalmente, para a África (e para os países de língua portuguesa, em particular). Internamente, procura encetar um projeto de auto-reforma da ditadura. É a chamada distensão política, lenta, gradual e segura, com a suspensão das medidas de exceção, substituídas por severas salvaguardas constitucionais. No domínio econômico, o general-presidente formula um novo plano de desenvolvimento auto-sustentado, coordenado e impulsionado pelo setor público – e tendo como horizonte a complementação da cadeia produtiva (industrial, sobretudo).

permanente, junto ao poder, dos órgãos consultivos das nossas classes econômicas”. Volta ao tema em *Problemas de Política Objetiva* (1930): o novo estado corporativo, as ordens profissionais, os conselhos técnicos, as autarquias e institutos reguladores de atividades econômicas (Instituto do Açúcar e do Alcool, p. ex.) como substitutos ou suplementos à democracia liberal, baseada no sufrágio, partidos e parlamentos.

Em 1986, já sob o governo civil da Nova República, são decretados o Plano Cruzado (plano de estabilização econômica) e a moratória da dívida externa. Essas iniciativas indicam uma resistência aos ajustes estruturais recomendados pelo FMI e pelo Banco Mundial e à chantagem da dívida (com a sua derivada ameaça de monitoramento externo da política doméstica). Talvez tenha sido este o último alento dos projetos de desenvolvimento nacional autônomo ou auto-sustentado. Por outro lado, no mesmo momento, Portugal acelera sua integração na Comunidade Européia. De certo modo, deixa de olhar para o Atlântico e para o além-mar, como fizera desde seu nascimento como nação, no início dos tempos modernos. Os olhos dos antigos navegantes estão cada vez mais voltados para dentro do continente. Talvez um pouco para o canal da Mancha, que agora é apenas um canal, não mais um mar.

8. Identidades e diferenças. Proximidades e distâncias

Vemos aí portanto um quadro de identidades e diferenças, encontros e colisões, chegadas e partidas. No momento atual, aparentemente, são as diferenças, desencontros e separações os elementos predominantes no cotejo das duas histórias. Mas, algo me faz desconfiar, intuir, mais do que pensar, que seria promissor um programa de trabalho, de investigação, sobre esses dois momentos do

pequeno século XX, as identidades e diferenças de Brasil e Portugal, nesses dois vértices da história recente. Repetindo o que antes já dissera, o que venho a sugerir é que um estudo histórico-comparativo nos ajudaria a compreender, talvez de modo epifânico, esses dois fenômenos complementares:

- (1) Como os horizontes do possível foram *construídos* (sublinhar construídos) no nosso próprio passado político? Como se deu essa construção, como foi pensada, como e em que medida foi implementada?
- (2) Como tudo isso afeta as possibilidades do futuro? Ssublinho novamente: são horizontes a construir, não apenas prever, esperar. Que tipo de construção pode ainda ser pensada e implementada?

Cerca de duzentos milhões de pessoas falam o português, no mundo atual. Mais do que o idioma, talvez tragam dentro de si convergências a explorar.

Deveria nos incomodar o fato de que dois países que têm tanta coisa em comum, no passado e no presente, continuem em muitos casos caminhando em calçadas diferentes, em lados opostos da rua, ainda que se olhando, tantas vezes, com uma inexplicável sensação de identidade.

E mais ainda quanto isto se passa no nosso campo, no campo onde por excelência nos cabe a iniciativa, o campo da cooperação cultural. Creio que algo se possa fazer e se deva fazer para mudar esse estado de coisas. Encontros como este que agora realizamos têm, entre tantos méritos, o de provocar esta reflexão.

LONGO SÉCULO XX – UMA NOTA SOBRE O TERMO E SOBRE O LIVRO^{*}

Este breve comentário discute algumas das teses expostas por Giovanni Arrighi em seu **O Longo Século XX - Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo** (Editora Unesp/Contraponto, 1996)

O livro atravessa vários séculos de história econômica. O autor adverte que as suas “incursões no passado” têm uma “natureza estritamente instrumental”. Mas o livro dedica dois terços do espaço a essas incursões – o longo século XX do título ocupa o restante.

Os padrões de interpretação inspiram-se declaradamente em Braudel, mais precisamente em **Capitalismo e Civilização Material**, procurando demonstrar a existência de “quatro séculos longos estruturados de forma semelhante, cada qual constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial” (p. x). A análise comparativa desses ciclos permitiria a compreensão do passado e poderia “trazer mais revelações sobre a dinâmica e o provável desfecho futuro da crise atual” (p. X), já que “a

^{*} Comentários e especulações a partir de **O Longo Século XX - Dinheiro, Poder e as Origens de Nosso Tempo**, de Giovanni Arrighi (Editora Unesp/Contraponto, 1996).

situação atual não é tão sem precedentes”. Procura-se portanto divisar as tendências de hoje “à luz de padrões de repetição e evolução que abarcam todo o curso do capitalismo histórico como sistema mundial” (p. 4)

Mas, além de Braudel, uma outra fonte decisiva inspira Arrighi – Marx, a começar pela conhecida fórmula geral com que inicia o exame do capital (DMD'):

“O capital dinheiro significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D' representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha” (p. 5)

A esta abordagem se junta “a idéia braudeliana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas” (p. XI), resultando em uma afirmação que permite resumir a grande linha de argumentação do livro: “O capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo *mundial*, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Ao contrário, é um fenômeno recorrente” (p. IX)

Na visão de Arrighi, o esquema interpretativo originado dessa combinação conduziria a uma determinada leitura de Marx:

“Portanto, a fórmula geral do capital apresentada por Marx (DMD') pode ser interpretada como retratando não apenas a lógica dos

investimentos capitalistas individuais, mas também um padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial. O aspecto central desse padrão é a alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD'). Nas fases de expansão material, o capital monetário “coloca em movimento” uma massa crescente de produtos (que inclui a força de trabalho e dádivas da natureza, tudo transformado em mercadoria); nas fases de expansão financeira, uma massa crescente de capital monetário “liberta-se” de sua forma mercadoria, e a acumulação prossegue através de acordos financeiros (como na fórmula abreviada de Marx, DD'). Juntas, essas duas épocas, ou fases, constituem um completo *ciclo sistêmico de acumulação* (DMD) “(p. 6)

O livro expõe, a partir desses fundamentos, uma análise histórico-comparativa de sucessivos ciclos de acumulação. Como dissemos, são identificados quatro “longos séculos”, cada um deles caracterizado por uma unidade fundamental entre estrutura e operação dos processos de acumulação de capital em escala planetária: o ciclo genovês (séculos XV-XVII), o holandês (XVI-XVIII), o britânico (XVIII-XX), o norte-americano (XX). O exame histórico leva a evidenciar que determinados padrões de repetição e mudança se reproduziriam na fase atual de expansão financeira e reestruturação do sistema. Torna-se possível ainda localizar, nesta fase recente, as “anomalias” que poderiam levar a *rupturas* com os mencionados padrões (cf. p. 6).

Independente da concordância ou discordância que o leitor tenha com relação às reconstruções de Arrighi, é inegável que certas “visitas

ao passado”, que o livro propõe, parecem extremamente instigantes e epifânicas. É o caso, por exemplo, *do retrato que se faz da “bela época” de 1896-1914* (pp. 176-179). Um “momento maravilhoso” - para a minoria de “capitalistas-transformados-em rentistas” - revela-se ao mesmo tempo efêmero e limitado, implicando pesados sacrifícios à classe trabalhadora, através de massacrante contração de renda e destruição de empregos - sobretudo por conta da “relocação maciça do capital excedente da indústria para as finanças”. Amplos processos de desindustrialização faziam conviver prosperidade para rentistas e desgraças para os assalariados. Importante (e atual) lembrar, também, que isso durou até que o paraíso da burguesia européia foi penetrado pelo morticínio da guerra e pelos sobressaltos das crises e revoluções.

A visita instrumental ao passado é explicitamente retomada por Arrighi, ao lembrar os “veredictos insuportáveis” enunciados pelo mercado mundial e pelos organismos supra-nacionais que pretendem “monitorar” as políticas dos Estados nacionais: países e continentes inteiros foram declarados “supérfluos”, desnecessários ao movimento mundial dos capitais. A pergunta está longe de ser retórica, como as tragédias do início do século XXI parecem evidenciar: até que ponto os homens de tais pedaços do mundo aceitarão essa pena de morte, decretada como uma imposição dos fatos e da razão calculadora? O quadro internacional - talvez “transnacional” fosse mais exato - ganha em complexidade e... em incerteza: o “moderno sistema de Estados territoriais como *locus* primário do poder mundial” é confrontado com

a internalização dos processos de produção e de troca, em escala mundial, no âmbito organizacional das empresas transnacionais e com o ressurgimento dos mercados financeiros mundiais supra-estatais”, gerando “intensas pressões para realocar a autoridade dos Estados nacionais, tanto para cima quanto para baixo” (p. 343).

Essa transnacionalização levaria ao surgimento de uma espécie de “governo mundial”? Em parte, essa é a intuição de Arrighi:

“Nos últimos anos, a mais significativa pressão para realocar a autoridade para cima consistiu na tendência a barrar a escalada do caos sistêmico mediante um processo de formação de um governo mundial. De modo inteiramente não planejado e sob a pressão dos acontecimentos, as adormecidas organizações supra-estatais criadas pelo governo Roosevelt nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial foram revitalizadas às pressas, para exercer as funções mais urgentes de governo mundial que o governo norte-americano não podia nem negligenciar nem desempenhar sozinho. Já durante o governo Reagan, e contrariando suas intenções originais, o FMI foi autorizado a funcionar no papel de “ministério das finanças mundiais”. No governo Bush, esse papel foi reforçado e, o que é mais importante, o Conselho de Segurança da ONU foi autorizado a exercer o papel de “ministério de policiamento mundial”. E, ao longo desses dois governos, as reuniões regulares do Grupo dos Sete tornaram esse órgão cada vez mais parecido com um comitê de administração dos assuntos comuns da burguesia mundial” (p. 343).

As visitas instrumentais ao passado e as indicações sobre o perfil do presente permitem ao autor algumas especulação sobre os

cenários possíveis para a “atual crise do regime de acumulação norteamericano”.

O **primeiro cenário** é aquele em que os “antigos centros” controlam o fluxo histórico e mantêm o papel de “guarda no alto comando da economia mundial capitalista”. Para isso, a velha guarda precisa utilizar a capacidade adquirida na “gestão do Estado e da guerra” para se apropriar dos excedentes acumulados pelos novos centros, constituindo, agora sim, e finalmente, “um império mundial realmente global” (p. 370).

O **segundo cenário** é aquele em que a velha guarda não demonstra tal capacidade. Nesse caso, os centros do leste asiático ocupariam posições de mando. Troca de guarda, mais uma vez, na história capitalista. Mas agora com um preocupante detalhe. A nova guarda não detém a mencionada “capacidade de gestão do Estado e da guerra que, historicamente, tem-se associado à reprodução ampliada de uma camada capitalista sobre a camada de mercado da economia mundial”. Arrighi aponta a natureza instável dessa nova situação, lembrando a advertência de Braudel, segundo a qual o capitalismo não sobreviveria a essa dissociação, ficando aberta a forte possibilidade de que “camada subjacente da economia de mercado voltaria a uma espécie de ordem anárquica”.

O **terceiro cenário** é ainda mais aterrorizante e nada descartável, como se percebe a cada instante das crises internacionais. Nem “império mundial pós-capitalista”, nem “sociedade de mercado capitalista mundial”, mas horrores de violência e guerra, com a volta

do “caos sistêmico de que (a história capitalista) partiu há seiscentos anos, e que foi reproduzido em escala progressivamente maior a cada transição”. É difícil dizer se teríamos, nesse caso, apenas o fim da história capitalista e não o fim de toda a história humana (p. 371).

O título do “epílogo” é provocador: pode o capitalismo sobreviver ao sucesso? Mas, a levar a sério a possibilidade do terceiro cenário, poderia ser ainda mais ousado: pode a humanidade sobreviver à sua vitória sobre a natureza? Pode esse extraordinário desenvolvimento das forças produtivas desembocar não em uma revolução das relações sociais existentes, mas em um big-bang às avessas? Para essa resposta não basta a interpretação das reinterpretações do passado. A arte da política exige os dois lados da ciência, enunciados há dois mil e quinhentos anos pela *Ética a Nicômaco* de Aristóteles. O raciocínio voltado para os fins e a a sabedoria de pensar os próprios os fins. Muito tempo depois, um pensador da política que bem conhecia Aristóteles retomou esse fio, para solver as angústias das guerras civis. Hobbes, referência nas teorias do estado e das relações entre estados, definiu a situação em que os homens precisam lançar mão de um cálculo de superior natureza, a prudência, para sobreviver às suas próprias forças. O pacto que dá origem à ordem social é a porta de saída de uma selva de conflitos destrutivos, a um jogo imune a qualquer previsão (a não ser, é claro, a previsão de um apocalipse). Em uma palavra, à guerra de todos contra todos pressagiada na famosa passagem de Hobbes:

“... tudo aquilo que se pode atribuir ao tempo de guerra, em que todo homem é inimigo de todo homem, pode-se também dizer do tempo durante o qual os homens vivem sem outra segurança senão a que lhes pode ser oferecida por sua própria força e seu próprio engenho. Numa tal situação, não há lugar para a indústria, pois seu fruto é incerto; conseqüentemente não há cultivo da terra, nem navegação, nem uso das mercadorias que podem ser importadas pelo mar; não há construções confortáveis, nem instrumentos para mover e remover as coisas que precisam de grande força; não há conhecimento da face da Terra, nem cômputo do tempo, nem artes, nem letras, nem sociedade; e o que é pior do que tudo, não há senão um constante temor e perigo de morte violenta. E a vida do homem é solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta.” (*Leviatã*, cap. XIII)

NEOLIBERALISMO – A FALA DO CAPITAL FINANCEIRO*

I. NEOLIBERALISMO É..

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. um movimento intelectual organizado
3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores e propagadas a partir de organizações multilaterais (Banco Mundial e FMI).

O liberalismo clássico, dos séculos XVIII-XIX, era a ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro.

* Obs.: Este texto foi apresentado em dois eventos: no II Enepol (Encontro Nacional de Estudantes de Ciência Política, Campinas, novembro de 2001) e no Ciclo “Comunicar para disputar a hegemonia”, organizado pelo Sindicato dos Petroleiros e pelo Núcleo Piratininga de Comunicação Sindical, Rio de Janeiro, novembro/2001. Conserva a estrutura e os cacoetes de um roteiro escrito para apresentação oral. Por outro lado, constitui versão resumida e modificada de algumas idéias e passagens do meu livro *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?*, Editora Senac, 2001, São Paulo, parte I.

O neoliberalismo, em nossos dias, é a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza mais do que líquida, a ideologia dos senhores do capital volátil e especulativo. Constitui, basicamente, um ataque às formas de regulação da economia como

- o socialismo,
- o reformismo keynesiano,
- o Estado-de-bem-estar,
- o terceiro-mundismo e o desenvolvimentismo latino-americano.

II. O LIBERALISMO CLÁSSICO

As idéias básicas do liberalismo foram marcadas por Adam Smith, no livro *A Riqueza das Nações*, de 1776. Seu credo político pode ser resumido no seguinte mandamento: desregular e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a três funções:

- a manutenção da segurança interna e externa,
- a garantia da propriedade, dos contratos e
- a responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública.

Para os liberais, a ordem social não deveria ser regulada pela economia, mas pelo movimento espontâneo do mercado. E o mercado é resultado das iniciativas individuais livres, da procura do lucro. A motivação do interesse próprio

- estimula o empenho, incita ao trabalho

- estimula o engenho, a criatividade, a inovação
- recompensa a poupança, a abstinência presente,
- remunera o investimento.

Segundo os liberais, quais são os inimigos dessa ordem eficiente, justa e equilibrada?

- Os regulamentos estatais
- As corporações profissionais e os grupos de interesse organizado

III. E O NEOLIBERALISMO – O QUE É E DE ONDE VEM?

Como ideologia, isto é, como doutrina, surge logo no início do século XX.

Como movimento intelectual organizado, porém, vai deslanchar em 1944, com a publicação do livro de Friedrich von Hayek, *O Caminho da Servidão*, o manifesto-fundador do neoliberalismo. Um pouco mais tarde, em 1947, na Suíça, Hayek liberou a fundação da Sociedade do Mont Pèlerin, uma espécie de Internacional Neoliberal.

Já o terceiro aspecto, as políticas de governos neoconservadores, deveriam esperar um pouco mais. As datas importantes são 1980, com a chegada de Reagan ao governo dos EUA, e 1979, com Margaret Thatcher no governo britânico. Mas experiências neoliberais bastante

duras haviam sido feitas no terceiro mundo. Em 1973, no Chile, com a política econômica e social do governo Pinochet. E em 1976, na Argentina, com a ditadura do general Videla.

A partir do início dos anos 1980, planos de “ajuste neoliberal” foram aplicados em vários países, particularmente na América Latina.

Em que conjuntura o neoliberalismo chega ao poder?

Fundamentalmente, a conjuntura é marcada pela crise das regulações, crise do chamado “Consenso keynesiano” do pós-guerra, uma política de intervenção reguladora do Estado visando:

- a criação de pleno emprego,
- a moderação de desequilíbrios sociais excessivos e politicamente perigosos,
- o socorro a países e regiões economicamente deprimidas,
- a manutenção de uma estrutura de serviços de bem-estar (habitação, saúde, previdência, transporte urbano, etc),
- a gradual implantação de políticas sociais que moderassem desigualdades materiais.

IV. AS ORIENTAÇÕES POLÍTICAS DO NEOLIBERALISMO

As orientações *estratégicas* do neoliberalismo podem ser indicadas em duas palavras-de-ordem:

- privatizar empresas estatais e serviços públicos;

- “desregulamentar” a economia, isto é, diminuir a interferência dos poderes públicos sobre os empreendimentos privados.

Essas são as grandes diretrizes *estratégicas* do neoliberalismo. Mas elas são popularizadas em temas mais cotidianos, que acompanhamos pelos jornais e pela TV, quando vemos:

- os protestos de empresários contra pressões fiscais “insuportáveis”;
- as denúncias de políticos conservadores contra as políticas redistributivas, que eles chamam de paternalistas, demagógicas e contraproducentes;
- as campanhas de organizações empresariais contra “o tamanho do Estado”.
- a resistência contra a regulamentação dos contratos particulares (leis trabalhistas, controle de mensalidades escolares e aluguéis, etc).

V. CENÁRIOS DO INFERNO PRODUZIDO PELA INTERVENÇÃO ESTATAL – SEGUNDO OS LIBERAIS:

- a regulação legislativa, a atuação do Estado-empresário e a oferta de bens públicos e os serviços de proteção social
 - confundem o mercado,
 - levam ao emprego irracional dos recursos
 - desestimulam e deseducam os indivíduos);

- Estado se torna instrumento de grupos de pressão, de privilégios
- Generaliza-se o discurso demagógico das políticas sociais, como forma de esconder privilégios
- Crescem as despesas públicas e as necessidades financeiras dos governos (endividamento, emissão monetária, inflação);
- Cresce a tributação, que acaba por desestimular o trabalho e a atividade produtiva, provoca evasão, fraudes fiscais e o desenvolvimento de economia subterrânea (informal).

VI. TERREMOTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Segundo o consultor de empresas William Bridges, no livro *Mudança nas Relações de Trabalho*, a desregulamentação da economia iria levar a uma forma mais moderna e dinâmica de organização social, caracterizada pelo fim..

- do assalariamento clássico,
- da lógica do emprego permanente,
- dos acordos e regulamentos protetores,
- dos salários calculados automaticamente a partir de convenções coletivas detalhadas.

Um novo mundo trabalhista surgiria, caracterizado por

- autonomia
- gestão e contratação flexíveis

- ajustes permanentes na duração e na qualidade do trabalho
- salário ajustado ao desempenho
- individualização das remunerações
- fim das profissões padronizadas: ziguezagues na história de vida profissional.

Nesse maravilhoso mundo novo, teríamos uma infinidade de “patrões de si mesmos”. As empresas seriam mais “enxutas”, cercadas por indivíduos e pequenos grupos de “parceiros”, terceirizados.

VII. OS BENS PÚBLICOS E AS POLÍTICAS SOCIAIS.

Os neoliberais partem de uma constatação. Os bens e serviços produzidos na sociedade são definidos por dois mecanismos de manifestação e agregação das preferências:

1. o Mercado – ondem reinam as escolhas individuais, as iniciativas descentralizadas. No mercado predominam as relações do tipo cliente-fornecedor,
2. a Política – em que as escolhas e decisões são coletivas, as iniciativas são centralizadas e grande número de bens e serviços são compartilhados ou consumidos em comum.

Os neoliberais dizem o seguinte, com relação aos serviços sociais: em muitos casos pode-se individualizar o usuário (consumidor

ou cliente) e cobrar pelo acesso ao bem. Um exemplo é o caso dos “serviços educacionais”. Ao invés de uma política pública de educação, os neoliberais dizem que devemos deixar que os indivíduos façam a *sua* própria política de educação, no mercado de serviços escolares. O economista norte-americano Milton Friedman, por exemplo, prega a distribuição de ‘cupons’ aos pais de crianças, dando-lhes a oportunidade de escolher e comprar serviços educacionais fornecidos pela iniciativa privada, comentando: “os pais poderiam expressar sua opinião a respeito das escolas diretamente, retirando seus filhos de uma escola e mandando-os para outro – de modo muito mais amplo do que é possível agora. Em geral, eles agora só podem tomar tal atitude arcando com os elevados custos de colocar os filhos numa escola particular ou trocar de residência. Quanto ao resto, só podem expressar seus pontos de vista através de complicados canais políticos.”

Uma outra alternativa é construir verdadeiras simulações do mercado, mesmo em atividades em que a propriedade e a operação sejam públicas. Por exemplo: descentralizar esses serviços, tornando locais (municipais, regionais) a produção e/ou distribuição de determinados bens e serviços antes oferecidos num âmbito nacional. Com isso se visaria tornar mais “competitiva” a oferta dos bens e serviços. O cidadão seria convertido em cliente ou consumidor. Escolheria entre municípios-fornecedores. Desse modo, a reforma do setor público criaria situações que permitam a resposta a este tipo de alternativa: “se você quiser esta cesta de bens, a este preço, vá para aquela cidade *X*, se quiser outra configuração vá para a cidade *Y*”.

Enfim, produziríamos uma espécie de simulação do mercado, a existência de estruturas, regras e processos que emulem processos de mercado (ou análogos ao mercado) na esfera que antes era pública, ou política.

VIII. TRÊS LEMAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ERA DOS “AJUSTES ESTRUTURAIS”: FOCALIZAR, DESCENTRALIZAR, PRIVATIZAR.

Focalizar, quer dizer substituir a política de acesso universal pelo acesso seletivo. O acesso universal quer dizer: todo cidadão, indiscriminadamente, tem direito ao serviço. O acesso seletivo permite definir mais limitadamente e discriminar o receptor dos benefícios. Por isso, em muitos países submetidos a programas de ajuste neoliberal, as políticas sociais são praticamente reduzidas a programas de socorro à pobreza absoluta.

Descentralizar operações – o que não quer dizer necessariamente *desconcentrar* o poder, as decisões políticas mais estratégicas, a gestão dos grandes fundos públicos.

Privatizar – o que pode ser feito de diversas maneiras:

- transferir ao setor privado a *propriedade* das empresas estatais e das agências de políticas sociais, tais como saúde, educação, moradia, assistência social, etc.;

- transferir ao setor privado a *operação ou gestão* desses serviços. Como?
- delegando competências ao setor privado ou ao chamado “terceiro setor”;
- mantendo as competências na esfera pública-estatal, mas submetendo esses entes estatais a controles de mercado ou que simulem mercados. Em outras palavras, criando em certas esferas dos serviços públicos sistemas de avaliação que simulem a relação fornecedor-cliente.

IX. DIAGNÓSTICO, PROGNÓSTICO, TERAPÊUTICA – OU: QUEDA, PENITÊNCIA E SALVAÇÃO DAS ALMAS, SEGUNDO O EVANGELHO NEOLIBERAL

Diagnóstico. As massas pobres – incompetentes ou indolentes, mal-sucedidas na competição pela vida – ganharam, infelizmente, o direito de votar, de organizar-se e de atuar na política. Exercem esse poder “roubando” os ricos e proprietários – esforçados, criativos e bem-sucedidos. Esse “confisco” de suas propriedades ou das rendas por elas gerados é feito através de impostos e taxações progressivas.

Prognóstico. A criação de políticas redistributivas, políticas sociais do Estado, voltadas para os pobres, é o resultado dessa democracia sem limites, irresponsável. Esse regime político gasta cada vez mais (e mal) e taxa cada vez mais (e mal). Além disso, as políticas

sociais em expansão criam também, inevitavelmente, uma burocracia estatal poderosa e irresponsável. Previsão do tempo futuro, feita pelos sábios neoliberais: tirania estatal, arbitrariedades e incerteza, degradação dos valores empreendedores, a “ditadura das maiorias”, a estagnação econômica. Apocalipse! E qual o caminho da salvação? O remédio amargo, a penitência, dura mas necessária...

Terapêutica. Cortemos o mal pela raiz, dizem nossos neoliberais. E qual é a raiz? É preciso salvar o mundo político da influencia perniciosa das massas pobres, incompetentes, mal-sucedidas. Reduzir as ações do poder público, do Estado. Desregulamentar, privatizar, emagrecer o Estado. Livrar da influencia das massas os funcionários que controlam botões decisivos da política pública, como as finanças e a aplicação da justiça. Para que eles não sejam vulneráveis à voz das urnas e das ruas, inconseqüentes, volúveis e insaciáveis. As massas ganharam o direito ao voto – pois então tratemos de esterilizar o voto. Mas isso é insuficiente. A participação extra-eleitoral das massas também tem de ser contida. Por isso, nos processos de “ajuste” neoliberais é importante quebrar a espinha dos sindicatos e das entidades trabalhistas em geral..

X. EPÍLOGO

Os propagandistas do neoliberalismo volta e meia insinuam que a história chegou ao fim, com a vitória do capitalismo global e dos valores do mundo livre, da civilização ocidental.

Porém, a história, rebelde, resiste a confirmar essas afirmações e volta e meia explodem contradições que colocam a nu a verdadeira moral da “estória” neoliberal:

“Daqueles que nada têm ainda mais lhes será tirado; para aqueles que tudo têm, ainda mais lhes será dado”

(Mateus, 13, 12)

À
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES
Cidade Universitária "Zeferino Vaz"
Caixa Postal 6.110
13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603
Telefax 0XX (19) 3788.1589
<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>
pub_ifch@obelix.unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.